



BIOMA TRANSFRONTEIRIÇO: BIOMA PAMPA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Jennifer Souza Da Silva (PROBIC-FAPERGS), Clovis Eduardo Malinverni da Silveira (Orientador(a))

BIOMA TRANSFRONTEIRIÇO: BIOMA PAMPA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Jennifer Souza da Silva[1]

O trabalho abordará as alternativas para a preservação do bioma pampa, tanto no aspecto ambiental como nos aspectos cultural, social, econômico e espacial*. O objetivo geral é, considerando a legislação em vigor, compreender quais as alternativas viáveis para proteção desse bioma em face dos efeitos deletérios do avanço da soja, da mineração e monocultura de árvores. Nesse primeiro momento, a pesquisa é exploratória, por meio da busca de bibliografia relacionada ao assunto, fichamentos e interpretação das informações obtidas. A bibliografia buscada concentra-se sobretudo nas seguintes temáticas: caracterização do bioma Pampa; legislação de acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais; certificação ambiental enquanto instrumento indutor da sustentabilidade; a relação entre a proteção do patrimônio ambiental em sentido amplo e a proteção dos bens comuns ambientais. Como hipótese, sustenta-se que existe duas saídas viáveis, social, econômica e ambientalmente, para esse modelo sabidamente prejudicial: a) a pesquisa e desenvolvimento na área de biotecnologia, com o acesso adequado a recursos genéticos e repartição de benefícios (Lei 13.123/15), que requer a resolução de questões jurídicas relevantes, como o acesso e a repartição de benefícios em face do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados em área de fronteiras; b) a valorização da preservação das espécies nativas e do ecossistema como um todo a partir da certificação ambiental, tal como ocorre no caso da *Alianza del Pastizal*, iniciativa de produtores pecuários que possui abrangência transfronteiriça, com benefícios econômicos e proteção do patrimônio ambiental em sentido amplo.

Palavras chave: Direito ambiental; Bioma transfronteiriço; Bens comuns ambientais.

[1] Graduanda do curso de Direito (2016) pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de iniciação científica PROBIC/ FAPERGS do Projeto Patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados: análise da percepção dos pesquisadores de universidades gaúchas públicas e comunitárias sobre as novas exigências legais de acesso e repartição de benefícios, sob orientação do professor Doutor Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira (2019). E-mail: jssilva29@ucs.br.

Palavras-chave: DIREITO AMBIENTAL, BIOMA TRANSFRONTEIRIÇO, BENS COMUNS

Apoio: UCS, FAPERGS